

## Um caso de subalternidade masculina: estudo sobre o homem-professor na educação infantil

Lívia Machado Oliveira<sup>1</sup>  
Jonas Alves da Silva Junior<sup>2</sup>  
Maria de Lourdes Ramos da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Historicamente a Educação Infantil é concebida como sendo um espaço reservado às práticas femininas, tendo em vista que, a partir das construções sociais acerca das relações de gênero acredita-se que devido à maternidade as mulheres são vocacionadas a desempenharem melhor as especificidades do segmento. Ainda que em um número extremamente reduzido devido às questões paradigmáticas ligadas à divisão sexual do trabalho, à medida que homens passam a integrar esse espaço na qualidade de docentes, tal situação gera tensões e conflitos. Por esse motivo, o presente artigo tem por objetivo refletir como os atravessamentos de gênero atuam na formação da identidade do homem-professor frente às demandas da Educação Infantil. A pesquisa, realizada por meio da análise da literatura acerca do tema, estruturou-se com base no diálogo entre estudos e a autores/as que têm como foco as relações de gênero na Educação. Desta forma, pontuamos que apesar dos consideráveis avanços no debate acerca da temática gênero e sexualidade, faz-se necessário intervenções mais efetivas, tanto na academia quanto nos espaços que transcendam seus limites. Constatamos que essas indagações e inquietações devem ser incorporadas à formação docente, com o objetivo de viabilizar uma práxis mais crítica e engajada nas questões vinculadas à contemporaneidade, de modo que possa problematizar e, mais que isso, desestabilizar naturalizações e estereótipos constituintes de identidades de mulheres e homens.

**Palavras Chave:** Gênero; Docência; Masculinidades; Educação Infantil.

**Abstract:** Historically Infant Education is conceived as a space reserved for women's practices, considering that, based on social constructions about gender relations, it is believed that due to motherhood women are geared to better perform the specifics of the segment. Although in a very small number due to the paradigmatic issues related to the sexual division of labor, as men begin to integrate this space as teachers, this situation generates tensions and conflicts. For this reason, the purpose of this article is to reflect how the gender crossings act in the formation of the identity of the man-teacher in front of the demands of Early Childhood Education. The research, carried out through the analysis of the literature on the subject, was structured based on the dialogue between studies and authors who focus on gender relations in Education. In this way, we point out that despite considerable advances in the debate on the theme of gender and sexuality, more effective interventions are necessary, both in the academy and in spaces that transcend their limits. We find that these questions and concerns should be incorporated into teacher education, with the aim of making a more critical and engaged practice in issues related to contemporaneity possible, so that it can problematize and, more importantly, destabilize constitutional stereotypes and naturalizations of women's identities And men.

**Keywords:** Gender; Teaching; Masculinities; Child education.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia (UFRRJ) e mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação (UFRRJ). Atualmente é professora da Educação Básica no SESI-RJ e membro do Grupo de Pesquisa Infâncias até os 10 anos (CNPq/UFRRJ). E-mail: liviaoliveira@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (FE/USP). Atualmente é docente nos cursos de Graduação e Mestrado em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisador do Grupo de Pesquisa Infâncias até os 10 anos (CNPq/UFRRJ). E-mail: jonasjr@usp.br

<sup>3</sup> Professora Livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. <sup>3</sup> Professora Livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Docente dos Cursos de Mestrado e Doutorado da Faculdade de Educação da USP e pesquisadora da área de pesquisa : Linguagem, psicologia e educação. E-mail: mlramos@usp.br

## **Introdução**

Diante da complexidade de análise dos desafios da viabilização de uma práxis emancipatória na contemporaneidade, é preciso compreender que frente à perspectiva de heterogeneidade do sistema educacional, o professor e a formação docente se tornam objeto de estudo, análise e compreensão da academia, com o intuito de implementar através de suas práticas o ideal de educação libertadora que almejamos atualmente.

A questão deflagrada deste trabalho apoia-se no fato de se constatar, ainda na atualidade, a ausência da figura masculina nas atuações docentes ligadas à educação da primeira infância. Tal inexpressividade de atuação não ocorre somente nas práticas docentes, tendo em vista que o curso superior de formação de professores é majoritariamente ocupado por mulheres. Tanto nas séries iniciais, quanto na educação infantil observamos o distanciamento da figura masculina docente, no entanto, essa ausência ocorre de forma mais drástica na educação com crianças pequenas. Quanto menor a faixa etária, mais se evidencia a segregação masculina docente (SILVA, 2015).

Ainda que singelos, são significativos os passos trilhados pelo estudo das relações de gênero, pois através de seu embasamento teórico é possível afirmar o quanto as construções sociais do que é ser homem e mulher delimitam atuações, predestinam lugares e segregam sujeitos. Através de um discurso facilmente reproduzido, internalizamos concepções estereotipadas que visa à adaptação, estagnação e naturalização diante dessas questões paradigmáticas.

Sendo a Educação Infantil um segmento concebido equivocadamente através da sua forte ligação com as atuações de “natureza feminina”, a relevância deste artigo se constitui em uma reflexão de como os atravessamentos de gênero atuam na formação da identidade do homem-professor frente às demandas da Educação Infantil.

Para melhor elucidar como se estabelece a construção da identidade docente na Educação Infantil, recorreremos a estudos e a autores/as que têm como foco as relações de gênero na Educação e na constituição identitária.

### **1. Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil**

O processo de feminização do magistério refere-se a um período de escolarização no qual o público alvo do modelo educativo eram crianças em fase de alfabetização, o que constitui o nosso atual segmento de Ensino Fundamental. A Educação Infantil no Brasil surge no século XIX com um caráter inicialmente assistencialista, visando o auxílio às mães que adentravam o mercado de trabalho.

Nesse sentido, torna-se de suma importância ressaltar que a análise dessa prerrogativa é subsidiada e sofre influência direta das lutas sociais do movimento feminista, pois em 1960 as Feministas surgem com uma nova proposta, de que os espaços educativos reservados às crianças pequenas devem ser direito de todas as mulheres, e não somente das trabalhadoras, independentemente de sua classe social ou situação financeira (SOUZA, 2010).

A partir disso, a Educação Infantil passa a ser reconhecida através de duas vertentes: assistencialista e educativa. A educação de cunho assistencialista destinada à classe trabalhadora concebida como creche surge somente no final do século XIX,

visando somente o cuidado da criança sem pensar em uma intervenção pedagógica, enquanto que as crianças oriundas da elite usufruíam de uma educação, embora fortemente ligada às questões do cuidado, preocupada com a perspectiva educativa, o que originou, mais tarde, o Jardim de Infância.

Com relação ao perfil dos docentes presentes neste contexto, diferentemente do Ensino Fundamental, a educação de crianças de 0 a 6 anos se construiu sendo exclusivamente um espaço ocupado e destinado às mulheres. Tal naturalização histórica permeia a construção de que as práticas fundamentais para o exercício da profissão são da natureza do “mundo feminino”, configurando então uma cultura institucional (SILVA, 2015).

Carvalho (1998) sinaliza que tal naturalização está tão intrínseca à nossa construção sócio-cultural que acabamos banalizando os motivos da “presença-ausência” de docentes homens na educação de crianças pequenas. É preciso romper com as barreiras do imaginário da “professorinha” como verdade absoluta e questionar as premissas que alicerçam estereótipos em torno da figura feminina em detrimento das atuações masculinas na Educação Infantil.

Em termos de referencial teórico, é possível afirmar que o espaço da Educação Infantil foi idealizado como sendo um ambiente propício à atuação feminina devido a sua ‘maternagem’. Friedrich Froebel, o criador dos “jardins de infância” apesar de ser um pedagogo homem, concebeu a educação de crianças pequenas como um trabalho estritamente feminino (SOUZA, 2010). Com isso podemos perceber o quanto as relações de gênero e o trabalho docente foram camufladas até mesmo pela ótica dos pensadores da educação, através de uma naturalização da ausência masculina.

Diante deste cenário, através de uma perspectiva problematizadora, cabe-nos pensar:

Quais os critérios que explicam a “incapacidade” masculina de atuar no trabalho docente com crianças pequenas?

Há profissões que demandem atributos intrínsecos à natureza biológica?

Apesar da falta de expressividade de atuação, o que pensam e enfrentam os professores homens que atuam neste segmento?

No que concerne ao termo “incapacidade masculina”, uma das vertentes dessas problematizações questiona o fato do ato de lecionar para crianças pequenas através do termo “função feminina”. Esse termo evidencia as marcas do legado patriarcal, que ainda atua fortemente ditando os limites de atuação das mulheres através de um suposto “dom maternal” que nunca fará parte da realidade biológica masculina.

Em termos de legislação, o primeiro documento que reconhece a Educação Infantil é a Constituição de 1988, deslocando o cunho assistencialista da educação para um caráter pedagógico. Outra referência que temos é a “Política de Educação Infantil” (BRASIL, 1993) divulgada pelo MEC que surgiu devido à fomentação de intensos debates e movimentos no século XX. Este documento evidencia a forte presença dos conceitos cuidar/educar como categorias indissociáveis que deveriam nortear o trabalho pedagógico. No entanto, é na LDB (9394/96) que o tripé cuidar-brincar-educar vai ser oficialmente reconhecido e a Educação Infantil vai se tornar uma modalidade obrigatória e pertencente à Educação Básica.

Diante desses documentos, podemos notar que muito do que nossa historicidade educacional defende como sendo papel social da Educação Infantil está intimamente ligado ao conceito “cuidado”. Com base nisto, é possível evidenciar que

a maioria dos argumentos utilizados em detrimento da atuação masculina, refere-se à preocupação com o cuidado das crianças pequenas. Nesse sentido, é de extrema relevância que tomemos como referência a concepção de cuidado que permeia a epistemologia do senso comum acerca do trabalho docente na Educação Infantil. Maranhão (2000) afirma que a maior problemática no que se refere ao cuidado na Educação Infantil é a sua restrita vinculação ao corpo.

Tal concepção é resultado de um longo processo histórico em que a Educação Infantil, conforme já foi comentado, era concebida pelo seu caráter assistencialista e que tinha como meta principal a erradicação da mortalidade infantil, ou seja, as concepções higienistas e ligadas ao cuidado com o corpo das crianças era o foco do processo educativo, evidenciando principalmente a preocupação com a saúde dessas crianças. Atualmente, ainda percebemos a concepção de cuidado no trabalho docente extremamente fundamentada nesta convicção. Por conta dos estereótipos socialmente construídos e reiterados, essa questão nos auxilia a pensar que se trata de uma das motivações que contribui para o afastamento da figura masculina dos espaços educativos da primeira infância.

## **2. Os desafios da docência masculina na Educação Infantil**

Partindo da afirmação de que homens não sabem cuidar de crianças pequenas devido a sua inaptidão “natural” e caso eles façam isso bem é porque há algo de “errado”, cabe-nos pensar como se desenvolve o trabalho docente de homens que encaram essa realidade e quais são suas representações sociais acerca de sua escolha profissional. Para isso tomaremos como referência o posicionamento de Joaquim Ramos:

O tratamento das profissionais e das famílias é de colocar o homem, enquanto sujeito, em xeque. Enquanto ele não der provas de uma sexualidade ilibada e de uma conduta respeitosa, ele será questionado. A sexualidade é especialmente questionada. Pensam que ou ele é perverso, ou é gay, ou não é “homem de verdade”. Os homens precisam provar que não colocariam as crianças em risco. (RAMOS, 2011, p.61)

Diante deste relato do pesquisador, é possível aferir que a maior preocupação enquanto ao ato de lecionar por parte dos homens refere-se à crise da construção social da figura masculina na sociedade. Quando Ramos diz que o homem é colocado em xeque, percebemos que a ruptura do paradigma social é o que preocupa a sociedade, pois o professor adentra um espaço que não lhe pertence. Sendo assim, essa escolha é encarada como um desvio de caráter, que passa a ter que provar a todo instante para o grupo social que ele é uma pessoa “idônea”.

Difícilmente o trabalho docente desempenhado por mulheres é acompanhado com tanta vigilância por parte da comunidade escolar e da família como o trabalho masculino, pois este vive a todo tempo a constante aprovação e reafirmação não somente no espaço escolar, mas em toda a sociedade (MONTEIRO e ALTMANN, 2014). O objeto de contestação e preconceito passa a não ser a sua prática profissional, mas sim o próprio sujeito que a exerce. Os questionamentos com relação à atuação desses profissionais raramente objetivam o cunho pedagógico do ato de lecionar. A indagação por parte de muitas pessoas está intimamente ligada ao sujeito que irá

desempenhar a tarefa da higiene das crianças pequenas, pois o professor “não pode” realizar tal demanda, entrando em cena o receio da sexualidade.

A preocupação com a sexualidade é resultado de uma sociedade extremamente homofóbica e heteronormativa que vive a todo instante vigiando as sexualidades dos sujeitos. Nessa relação, a figura masculina sofre de forma mais incisiva os reflexos dessa vigilância. Segundo Welzer-Lang (2001) “na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o pólo de rejeição central”.

A homofobia aplica-se, então, não só aos homossexuais, mas a toda pessoa que tem (ou parece ter) alguma qualidade que se atribui ao outro sexo. Talvez devido à possibilidade de os homossexuais ocultarem-se, percebemos que a homofobia em relação aos homens é mais aplicada aos pequenos detalhes corporais, de voz e atitudes/opções. (RABELO e MARTINS, 2010, p. 6174 )

Para Silva (2015), a sensualidade presente na relação adulto-criança é um complicador, porém a interação mulher-criança é mais aceita que a relação homem-criança. Para melhor compreender o processo que viabilizou essa concepção, nos aprofundaremos historicamente no perfil dos profissionais almejados para o exercício da docência no que tange à preocupação com a sexualidade. Apesar de homens e mulheres serem dotados de sexualidades, intencionalmente o perfil almejado era: mulheres solteiras que não conseguiram se casar. Ou seja, esperava-se que essa docente não usufruísse de sua libido, como forma de controle sexual ao lidar com esse público. Nesse cenário, a submissão feminina atenderia de forma mais passível tal prerrogativa, pois o homem, por meio de seu “instinto” não conseguiria se controlar. Com base nisso, observamos a preocupação por parte da sociedade em ter que lidar com a atração masculina pela pedofilia, prática esta sempre atrelada ao homem (ARAÚJO; HAMMES, 2012).

Diante da erotização compreendida na relação adulto-criança, meninas e meninos pequenos são tidos como alvo e poderiam estar mais propensos às ações desses possíveis pedófilos, o que preocupa muito os responsáveis que vivenciam esta realidade, porém, se mulheres podem dar banhos bebês, em crianças pequenas, por que os homens também não o podem? Sob a justificativa de desvio de conduta, as principais aflições da sociedade remetem à homossexualidade, à pedofilia e ao assédio sexual, tendo em vista o contato com os corpos das crianças.

Para Sayão (2005, p. 26), esses homens convivem com a indubitável “crença disseminada de um homem sexuado, ativo, perverso e que deve ficar distante do corpo das crianças”. No entanto, devemos destacar que tais questões não são estritamente ligadas a uma prática do universo masculino. Uma vez que há mulheres que assediam e/ou são pedófilas.

Com relação a essa realidade, faz-se necessário realizar uma ressalva no que concerne à homossexualidade, isso porque diferentemente das outras questões, não se trata de algo a ser temido, pois não se constitui como sendo uma doença ou problema de qualquer natureza que possa implicar perigos para as crianças. A orientação sexual é uma característica do ser humano e nada tem a ver com sua prática e competência profissional. O preconceito social é que atrela à homossexualidade um estigma deturpador.

Desta forma, com base nesta reflexão, foi possível constatar que o espaço da Educação Infantil sob a ótica da prática docente masculina se constitui como objeto de

diversas tensões, conflitos, estranhamentos e estereótipos. Apesar disso, observamos que mesmo diante desta situação há homens que rompem os paradigmas sociais e subvertem as representações institucionalizadas, ingressando nesse espaço atravessado por “requisitos da natureza feminina”.

### 3. As representações infantis

As mesmas premissas que alicerçam as construções da docência na primeira infância em torno da figura feminina nos ajudam através de uma perspectiva problematizadora pensar a importância de uma pluralização de identidade docente como referência na construção das identidades dos sujeitos presentes no espaço da Educação Infantil. A história nos aponta que a Educação Infantil foi concebida como uma extensão da família (SOUZA, 2010), sendo a professora responsável por dar continuidade ao legado materno.

Apesar de contrapor à fundamentação citada anteriormente e não ser intuito de nossa pesquisa caracterizar a educação como uma complementação das referências familiares construídas no imaginário das epistemologias do senso comum, é importante considerarmos essa mesma premissa com o intuito de viabilizarmos uma importante reflexão: se as mulheres, ao lecionarem, desempenham sua função materna, por que não pensar que os homens, ao lecionarem, desempenhariam sua função paterna?

Com relação a isso, alguns campos de estudos, como a psicologia e a sociologia têm desenvolvido pesquisas consideráveis no que concerne à importância da atuação de docentes homens na Educação Infantil. De acordo com Carvalho (1998), o campo da psicologia atualmente contribui para pensar a educação dessas crianças através de um caráter compensatório, porém tal categorização é facilmente questionável pelo campo de estudo das relações de gênero, tendo em vista que apesar de viabilizarmos a presença desses docentes, ainda assim estaríamos preocupados em trazer para a escola o papel de amenizar as “defasagens” das representações sociais familiares das crianças, deixando de lado a sua função pedagógica. Além disso, o professor teria por função ser referência para os meninos acerca de seus papéis sociais, demonstrando o que é “ser homem” para esses sujeitos. O profissional é concebido como um parâmetro de representações. Carvalho aponta:

Algumas concepções têm um embasamento mais próximo da Psicologia, indicando o caráter compensatório, isto é, enfatizando/sugerindo que a presença do professor compensaria a ausência de modelos masculinos na vida de algumas crianças, especialmente daquelas filhas de mães provedoras/chefes de domicílio [...] os professores seriam capazes de auxiliar no desenvolvimento dos papéis sexuais das crianças pequenas, contribuindo, assim, para a construção de comportamentos sexuais apropriados ao seu sexo e para a autoconfiança de meninos. No bojo dessa concepção, admite-se, também, que os homens forneceriam um modelo de cuidado para as crianças dos sexos masculino e feminino na condição de “nutridores”, o que possibilitaria a oportunidade dessas crianças observarem “qualidades” particulares nesses educadores. (CARVALHO, 1998, p. 411)

Outra perspectiva refere-se ao campo de análise da sociologia do trabalho, que através da concepção de equidade social, fundamenta a relevância de esses profissionais obterem maior expressividade de atuação na educação de crianças pequenas, porém nos cabe pensar que diante da citação a seguir essa concepção de “equidade” ainda revela sutilmente os vestígios de um legado machista, pois explicita que se homens desempenharem funções femininas, os mesmos trariam prestígios para essas atuações, como se naturalmente o homem carregasse consigo uma superioridade interna. É necessário que pensemos em uma equidade plena de atuações para ambos os grupos.

A sociologia do trabalho enfatiza que o envolvimento de um número maior de homens na Educação Infantil aumentaria a opção de carreira para eles, contribuindo para que se desfizesse a imagem de que a educação desse setor inicial da Educação Básica seria um trabalho somente para as mulheres alterando, dessa forma, a imagem da profissão e, quem sabe, melhorando significativamente os salários e o *status* da carreira. (SAYÃO, 2005, p. 16)

As mulheres, diante das relações de poder, se constituíram como um grupo historicamente subalternizado. Por conta da luta do movimento feminista, a figura feminina é concebida como a figura central quando pensamos no termo equidade social, porém essa discussão não se limita ao gênero feminino. Muitos homens enfrentam dificuldades ao assumirem profissões que são consideradas de menor valor, principalmente as que estão vinculadas ao “cuidar”. Ao afirmarmos que professores homens na Educação Infantil estão “fora do lugar”, instintivamente reproduzimos a mesma lógica que afirma que lugar de mulher é na cozinha. O peso do “lugar social” é muito forte.

Mesmo sabendo que referente a este cenário há um longo percurso de desconstrução e desnaturalização a ser percorrido, é possível afirmar que, ainda assim, as mulheres obtiveram avanços consideráveis à medida que uma mulher já assumiu o cargo de Presidente da República em nosso país, por isso é viável pensar em uma realidade em que tanto homens quanto mulheres possam desempenhar profissões sem serem questionados por suas escolhas alicerçados pela referência biológica. Compreendendo que essa luta é de todos, não somente dos grupos afetados, Rabelo e Martins (2010, p. 6174) afirma: “ambos são responsáveis pela mudança e pela igualdade de gênero: tanto as mulheres que lutam pelo término de sua subalternização na sociedade, quanto os homens que não reproduzem o papel de dominante e subvertem de alguma forma, esses valores”.

### **Considerações finais**

De acordo com Gonçalves et al (2015), o conceito de masculinidade hegemônica compreende a figura masculina como centro das relações humanas de poder. No que tange ao estudo das relações de gênero, é possível apreender que a divisão sexual do trabalho socialmente institui para a figura masculina a predestinação às áreas de produção social, enquanto às mulheres devem se reservar a esfera reprodutiva da sociedade, perpetuando as concepções normativas instituídas pela hegemonia masculina dominante.

Por meio da concepção difundida historicamente de que a educação de crianças pequenas é mais bem desempenhada por mulheres, devido às atribuições da “natureza feminina” como cuidado e sensibilidade advinda de um suposto instinto materno, este segmento passou a ser concebido como uma extensão da vida doméstica privada. Conseqüentemente este fato explica as potenciais tentativas de segregação da relação homem-criança.

Tal fato implica diretamente nas concepções conflitantes das práticas docentes masculinas, principalmente as ligadas às crianças pequenas. Diante deste cenário é possível compreendermos as premissas que alicerçam a busca pelo distanciamento da figura masculina da esfera infantil. Segundo a construção social de dominação masculina, o homem ao se dedicar a funções tidas como de âmbito feminino, coloca sua integridade em xeque, pois o mesmo passa a ser considerado como um homem de “menor valor” ou um “não-homem”.

Com relação à formação profissional, ainda que haja uma forte implicação das relações de gênero nas escolhas tanto de homens quanto de mulheres, torna-se relevante ressaltar que as repressões para ambos ocorrem de formas diferentes. Isso porque, quando as mulheres se dedicam a cursos reconhecidos como masculinos, o questionamento volta-se para a figura feminina, através da “falta de capacidade” da mulher. Quando a situação se inverte, o curso é que se torna alvo das falas preconceituosas, pois a construção epistemológica do senso comum intitula o curso como sendo incapaz de subsidiar o homem em todos os vieses. Tendo em vista que por ser de “menor valor”, não há prestígio social e o homem, por ser homem, e conseqüentemente ser “melhor”, merece mais que aquela atuação.

Pensando para além do campo educacional, defendemos que não somente na prática docente na educação infantil, mas em todas as carreiras que carregam consigo o fardo da divisão sexual do trabalho é pertinente que desenvolvamos práticas e espaços que promovam discussões sobre as relações de gênero, problematizando a construção desses lugares predestinados que segregam atuações, inferiorizam práticas e distinguem atuações entre homens e mulheres.

Quando pensamos em equidade de gênero, geralmente temos como centro de nossas análises a figura feminina. É inegável que as mulheres sofrem muito mais para afirmarem suas capacidades em todos os níveis de atuação do que os homens, através de um legado histórico de subalternização diante das relações de poder. Apesar disso, analisando de maneira crítica, é de suma importância ressaltar que os homens também enfrentam dificuldades de autoafirmação quando adentram um campo conceituado como sendo de “natureza feminina”. Herdando, então, a subalternização da classe feminina, se tornando um homem de “menor valor” e sua sexualidade logo se transformando em alvo de questionamentos e preconceitos.

Ao longo dessa investigação, ficou claro o quanto ainda se faz necessário que avancemos com pesquisas que versam sobre o campo das relações de gênero e sexualidade na educação. Ainda que consideremos importantes os avanços em termos de discussões e problematizações na área, torna-se necessário ressaltar que após longos anos de mordança e aprisionamento essas questões ainda precisam avançar muito mais.

É notório, que essas indagações e inquietações devem ser incorporadas à formação docente, com o objetivo de viabilizar uma práxis mais crítica e engajada nas questões vinculadas à contemporaneidade. As questões que versam sobre gênero e sexualidade devem ser integradas à academia de forma mais expressiva e transpor seus muros, para que possa atingir um número maior de sujeitos que independentemente de concordarem ou não sobre o desenvolvimento da temática tenham a possibilidade de

estabelecer um diálogo crítico. Somente assim caminharemos rumo a uma sociedade mais igualitária, democrática e inclusiva em que a diversidade seja, de fato, celebrada.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Messias; HAMMES, Care. A androfobia na Educação Infantil. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.3, n.7, p.5-20, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/ SEF/ COEDI. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases**. nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, Brasília : MEC, SEB, 2010.

CARVALHO, Marília. Vozes masculinas numa profissão feminina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n.2, p. 406-424, 1998.

GONÇALVES, Josiane et al. Professores homens na Educação Infantil: aceitação e receio dos familiares que vivenciam essa experiência. **Pesquisa em Foco**, São Luís, vol. 20, n. 2, p. 136-154. 2015.

MARANHÃO, Damaris. O cuidado como elo entre saúde e educação. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 111, dez., 2000, p. 115-133.

MONTEIRO, Mariana Kubilius e ALTMANN, Helena. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cad. Pesqui.** [online]. 2014, vol.44, n.153, p.720-741.

RABELO, Amanda O.; MARTINS, Antonio M.. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do Magistério. In: **Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, Uberlândia/Aveiro: FCT, 2010. p. 6167-6176.

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre professores homens da educação infantil e as relações de gênero na Rede Municipal de Belo Horizonte – MG**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Belo Horizonte, 2011.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creches**. 2005. 273 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis.

SILVA, Claudionor R. da. **Docência masculina na Educação Infantil: impressões de um iniciante - gênero e raça em discussão.** São Paulo: Paco Editorial, 2015.

SOUZA, Mara Isis de. **Homem como professor de creche: sentidos e significados atribuídos pelos diferentes atores institucionais.** 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.** Estudos Feministas, Florianópolis, ano 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

Recebido para publicação em 26-05-17; aceito em 29-07-17